

A Semântica Argumentativa de nossos dias: questões ligadas às noções de língua, discurso, sentido e enunciação

Marion Carel

École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS – Paris – France

Lauro Gomes

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – Porto Alegre - Brasil

Introdução

Realizada durante o estágio de doutorado-sanduíche de Lauro Gomes na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris (entre 2018 e 2019)¹ – sob a orientação de Marion Carel –, esta entrevista com a referida linguista visa a explicitar respostas tanto a questões gerais envolvendo as noções de *língua, discurso, sentido e enunciação*, quanto a apresentar as atualidades dos estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito da Semântica Argumentativa. Em vista disso, esta entrevista poderá esclarecer noções semântico-linguísticas fundamentais e também iluminar trabalhos (passados e futuros) em torno das teorias de Jean-Claude Anscombre, Oswald Ducrot e Marion Carel, a saber: a Teoria da Argumentação na Língua (Anscombre; Ducrot, 1983), a Teoria da Polifonia (Ducrot, 1984), a Teoria dos Blocos Semânticos (Carel, 2011) e a Teoria Argumentativa da Polifonia (Carel; Ducrot, 2010).

Coordenadas profissionais de Marion Carel

Marion Carel é linguista, especialista em semântica, em estudos argumentativos e enunciativos.

Seus trabalhos procuram estabelecer as noções linguísticas úteis à descrição do sentido dos enunciados efetivamente realizados, de maneira particular para servir à análise literária. Eles se fundamentam tanto sobre o estudo do francês, de seus termos (operadores, conectores ou palavras lexicais), quanto de suas estruturas (relações do sujeito com o verbo, por exemplo). O *corpus* utilizado é, em especial, o literário, mas também engloba os escritos de ciências sociais, em particular quando esses últimos, como em história, contêm narrativas, ou, em todo caso, dizem respeito às sequências temporais.

Suas pesquisas desenvolvem uma concepção linguística (a Teoria dos Blocos Semânticos), fazendo da arte de falar, não uma arte de designar coisas ou fatos (no mundo ou no pensamento), mas uma arte de combinar palavras. Essa combinação é supostamente de ordem argumentativa, seja para enfatizar a coerência de duas

¹ Por ter sido realizada durante o estágio de doutorado-sanduíche de Lauro Gomes, a existência e a publicação desta entrevista devem-se ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

expressões, seja para enfatizar, ao contrário, sua oposição. Dessa forma, ela procura descrever o que, na língua, é da ordem da apreciação, e não da descrição.

Seus trabalhos atuais dizem respeito às relações entre essa análise argumentativa do conteúdo dos enunciados e as teorias da enunciação. Eles tentam definir vários "modos enunciativos", mais abstratos do que os enunciadores-fonte das teorias da polifonia, mais variados do que as "enunciações" de Benveniste.

Além disso, Marion Carel tenta estudar, em detalhes, alguns fenômenos que até agora não foram tratados pelos estudos argumentativos, como as marcas temporais². Atualmente Diretora de Estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, Marion Carel organizou os livros *Les Facettes du dire. Hommage à Oswald Ducrot* (2005) e *Argumentation et polyphonie. De Saint Augustin à Robbe-Grillet* (2012); é co-autora do livro *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos* (2005) e autora do livro *L'Entrelacement argumentatif* (2011) e de inúmeros artigos científicos.

L.G.: *Nós sabemos que a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) é uma radicalização da Teoria da Argumentação na Língua (ANL). Você poderia nos explicar, brevemente, as noções que a TBS preservou da ANL?*

M.C.: O que a TBS retomou da ANL é a hipótese geral segundo a qual falar consiste em construir um texto, em restringir a fala do interlocutor, em entrelaçar palavras. Nós não falamos por falta de podermos mostrar as coisas; nós não falamos por falta de podermos mostrar diretamente os pensamentos; nós falamos para entrelaçar palavras. Falar é uma atividade, em si, que as próprias palavras regulam.

Mais tecnicamente, a TBS, como antes dela a ANL, levanta a hipótese de que nossos discursos são organizados argumentativamente: é essa organização argumentativa que está – tanto segundo a TBS, quanto de acordo com a ANL – prefigurada na significação das palavras. Mas, para dizer a verdade, a TBS não dá, absolutamente, o mesmo sentido para "argumentativo". No âmbito da ANL, argumentar consistia em introduzir uma conclusão. Todos os nossos enunciados seriam parafraseáveis por encadeamentos de duas proposições conectadas por *portanto* e, nessa perspectiva, a significação de *perigo*, por exemplo, conteria a indicação de que seria necessário concluir que sejam tomadas precauções. De acordo com a TBS, por outro lado, argumentar consiste em evocar encadeamentos tanto em *portanto*, quanto em *no entanto*. Essa alternativa é essencial para a TBS, de modo que a significação de *perigo* contém a indicação de que seria normal tomar precauções ou anormal de não o fazer. Não é mais uma questão de "conclusão", mas apenas de uma alternativa entre sequência "justificada", "normal", "esperada" e sequência "não justificada", "anormal", "inesperada".

Mais geralmente, segundo a TBS, falar consiste em entrelaçar argumentativamente palavras, colocando-as em relação, colocando-as em

² Essas coordenadas profissionais de Marion Carel estão disponíveis no site da EHESS: <http://cral.ehess.fr/index.php?163>, onde se encontram informações complementares sobre sua formação.

relação gradual, em relação de oposição, em relação de abstração. A significação das palavras determina a estrutura de nossos discursos e, assim, falar consiste *fundamentalmente* em entrelaçar argumentativamente palavras. Esse programa geral a TBS retoma da ANL.

L.G.: *Você poderia lembrar-nos a definição de "semântica", segundo os estudos tradicionais, comparando-a com a semântica que você desenvolve?*

M.C.: Eu vou, se você me permite, simplificar um pouco sua pergunta e considerar apenas dois tipos de semântica diferentes da TBS. Minha resposta terá, portanto, duas partes. A primeira dirá respeito à questão do verdadeiro e do falso e oporá a TBS à semântica veritativa; a segunda será relativa à questão do papel do sistema da língua e, desta vez, a TBS será oposta à semântica estrutural clássica.

A semântica veritativa e a TBS, de início. Alguns semanticistas admitem, efetivamente, que nossos enunciados têm um valor de verdade, verdadeiro ou falso, e a semântica, então, consiste, segundo eles, em estudar as condições de verdade dos enunciados: ela teria como objetivo prever em que situação o enunciado é verdadeiro. Assim, ela constituiria uma abordagem puramente linguística de nossos enunciados, por oposição à pragmática, que estaria interessada nas intenções dos sujeitos falantes e nas ações que eles realizam por meio das palavras. Nessa perspectiva referencialista, interessar-se pelas conclusões de nossos enunciados seria da ordem da pragmática, já que o enunciado, por ele mesmo, informaria e apenas informaria: seria o sujeito falante quem o utilizaria com a intenção, segunda, de convencer. Para retomar a terminologia de Austin, argumentar seria perlocutório e a Teoria dos Blocos Semânticos, como a Argumentação na Língua, seria uma teoria pragmática.

Segundo Anscombe e Ducrot, eu me oponho a esse ponto de vista referencialista sobre a semântica. Como esses pesquisadores mostraram, a argumentação não é um fenômeno segundo, que vem depois da informação. Alguns encadeamentos argumentativos não são explicáveis a partir da informação fornecida por seus argumentos, de modo que o potencial argumentativo de seus argumentos deve estar inscrito na própria significação de suas palavras. A ANL não tem por objetivo as intenções dos usuários da língua, mas a própria língua. Da mesma forma para a TBS.

Para dizer a verdade, a oposição precedente entre o estudo das condições de verdade e o estudo das intenções dos sujeitos falantes – frequentemente atribuída a Morris – me parece equivocada, porque mistura dois questionamentos. O primeiro diz respeito ao tema dos estudos. Opõe-se, por exemplo, ao estudo da verdade e ao estudo da axiologia (é o que Frege fazia quando opunha "verdade" e "cor"), ou ainda o estudo da verdade de nossos enunciados e o estudo da ação realizada por meio de nossos enunciados (é o que fazia Austin, quando opunha constativo e performativo). Se temas de estudo são opostos, seus estudos se opõem. No entanto, interrogar-se sobre a participação dos usuários da língua é um questionamento totalmente diferente.

Desta vez, trata-se de opor os estudos sobre a língua, fora do uso, e os estudos sobre o uso da língua. Ora, é uma mistura desses dois questionamentos que é proposta, quando a semântica veritativa é colocada diante de uma pragmática definida como tendo relação com as intenções dos sujeitos falantes. Isso não deixa, então, espaço para teorias como a ANL e a TBS que não se interessam, nem pela verdade, nem pelas intenções dos usuários da língua.

Redefinirei, portanto, a semântica como o estudo do que está inscrito na significação das palavras, independentemente de seu uso por um sujeito falante, estando a pragmática preocupada, quanto a ela, com o uso intencional das palavras. Sob essa nova definição, a TBS, como a semântica veritativa, é uma teoria semântica. Ela se distingue pela natureza do que está inscrito na língua: indicações argumentativas, segundo a TBS; condições de verdade, de acordo com os referencialistas.

Eu insisto nesse ponto. A ANL era, pelo menos no princípio, uma teoria conciliatória e admitia que a significação contém, ao mesmo tempo, indicações argumentativas e indicações veritativas. A diferença entre a ANL e a semântica veritativa, então, dizia respeito apenas ao fenômeno linguístico tratado. A ANL se interessava pelos fenômenos argumentativos, e a semântica veritativa se interessava pelas condições da verdade. A diferença entre a TBS e a semântica veritativa é muito mais forte do que isso, porque a TBS – é nisso que constitui uma versão radical da ANL – não inscreve nenhuma indicação veritativa na significação. A semântica veritativa e a TBS distinguem-se, então, pela natureza que elas atribuem à língua. De acordo com a semântica veritativa, a língua, fundamentalmente, serve para descrever o mundo; segundo a TBS, ao contrário, a língua, fundamentalmente, serve para argumentar.

Eu chego à segunda parte da minha resposta. A semântica, como eu a concebo, diz respeito às palavras, fora de uso. Mas o que quer dizer exatamente esse "fora de uso"?

A semântica estrutural clássica (a que Benveniste chama de semiótica) entende esse "fora de uso" como significando "fora da composição gramatical". Ela se interessa pelas palavras em sua relação com outras palavras dentro do sistema da língua e não se interessa pela constituição das frases – nem, ao mesmo tempo, dos textos. A TBS, em parte, assemelha-se à semântica estrutural clássica, uma vez que concebe igualmente a significação lexical como relações entre palavras. Mas, de acordo com a TBS, essas relações entre palavras devem permitir prever o sentido dos enunciados e o desenvolvimento dos discursos. A TBS não vê, na composição gramatical e textual, a marca sistemática das intenções daquele que usa a língua. Uma parte do agrupamento está prefigurada na significação das palavras e a análise da língua "fora de emprego" deve possibilitar prever esse uso não intencional.

Voltemos ao clássico exemplo da TBS, o da palavra "prudente". A semântica estrutural clássica levantaria a hipótese de que "prudente" e "temeroso" pertencem ao mesmo paradigma e descreveria a palavra "prudente" comparando-a à palavra "temeroso". Por outro lado, a TBS descreve essas duas palavras independentemente uma da outra, questionando-se sobre o potencial argumentativo de cada uma delas.

Assim, a TBS descreverá a palavra "prudente" de modo a prever que o locutor de *Pedro teve uma atitude prudente ao retornar antes da chuva* considera a chuva como a causa do retorno de Pedro. Diremos que ser prudente é tomar-precauções-por-causa-do-perigo (nota-se este valor PERIGO DC PRECAUÇÃO) e vamos prever, assim, que, no nosso exemplo, *chuva* e *retorno* estão argumentativamente ligadas. Paralelamente, a TBS descreverá a palavra "temeroso" de modo a prever que o locutor de *Pedro teve uma atitude medrosa ao retornar antes da chuva* apresenta como não justificado, anormal, o retorno de Pedro. Diremos que ser temeroso é tomar-precauções-apesar-da-ausência-de-perigo (nota-se este valor NEG PERIGO PT PRECAUÇÃO). Somente quando essas análises argumentativas forem feitas, as palavras "prudente" e "temeroso" serão comparadas. Observaremos que seus valores argumentativos, PERIGO DC PRECAUÇÃO e NEG PERIGO PT PRECAUÇÃO, estão relacionados (eles apreendem o mesmo bloco semântico) e concluiremos que "prudente" e "temeroso" pertencem a um mesmo paradigma. O que é uma hipótese para a semântica estrutural clássica é uma conclusão para a TBS.

De um modo geral, portanto, eu direi que a semântica se interessa pela significação das palavras. Surgem, então, duas questões: qual é o valor fundamental das palavras e o que deve prever esse valor fundamental das palavras?

À primeira pergunta, a TBS responde que as palavras se referem às palavras e que nisso ela está relacionada à semântica estrutural e se opõe à semântica veritativa. À segunda pergunta, a TBS primeiro responde que o valor das palavras deve permitir prever o sentido dos enunciados e, nisso, a TBS é, desta vez, semelhante à semântica veritativa e se opõe à semântica estrutural. Ela responde igualmente que o valor das palavras deve permitir prever o desenvolvimento dos discursos: e essa é a perspectiva própria da ANL e, posteriormente, da TBS.

L.G.: *Nós podemos encontrar, ainda hoje, as noções saussurianas de "língua" e "fala" esclarecendo o desenvolvimento da Teoria dos Blocos Semânticos?*

M.C.: As noções saussurianas de língua e fala ecoam na oposição anterior entre semântica e pragmática.

Para Saussure, interessar-se pela fala é interessar-se pelas intenções dos usuários da língua, ou ainda pelas variações que possam existir de um indivíduo ao outro. Tendo definido a fala dessa maneira, Saussure declarava não se interessar pela fala. Sob essa definição, a TBS também não está interessada. Ela se inscreve entre as teorias semânticas e não pragmáticas.

A questão mais difícil é determinar exatamente onde se manifestam as intenções dos sujeitos falantes. Não se interessando pelas intenções dos usuários, Saussure não se interessa primariamente pelas restrições no agrupamento das palavras; na mesma linha de pensamento, a semântica estrutural clássica não se interessa pela composição gramatical. Sobre esse ponto, acabamos de ver, há uma divergência entre a concepção saussuriana de língua e aquela refletida pela TBS. A posição de Benveniste já era um pouco diferente da posição saussuriana, porque o agrupamento das palavras não é, segundo ele, a marca das intenções do sujeito falante. Entretanto, ele vê, mesmo assim, no agrupamento das palavras, o uso de novos valores das palavras, diferentes daqueles que tinham estruturalmente, pelo fato de pertencer ao sistema da língua.

A TBS dá um passo à frente. Para nós, a organização das palavras é restringida pela própria língua e essa restrição faz parte do valor linguístico das palavras. Organizar as palavras é fazer apelo ao sistema da língua.

A TBS, seguindo a ANL, transforma, portanto, o ponto de vista saussuriano sobre a língua. O valor que ela dá às palavras restringe sua organização, sua organização gramatical como sua organização textual. A língua não é mais simplesmente um sistema de palavras, opondo-se umas às outras, mas sim um sistema de regras sobre o desenvolvimento do discurso.

Poderíamos nos opor, como Saussure se opunha, ao caso do *agora* ou de *aqui*, cujo papel não parece poder ser entendido sem levar em conta a situação de enunciação, sem levar em conta a fala. Seguindo pragmatistas como Sperber ou Recanati, a importância da fala na construção do que é dito iria além desses dêiticos. Não seria possível interessar-se pela organização das palavras sem levar em conta a fala.

Responderei, de início, que o estudo de *agora* ou de *aqui* deve ser retomado. Como Alfredo Lescano ou Chioufen Kao já mostram, seu uso tem uma função argumentativa e não é puramente dêitico. Quanto à sua parte dêitica, para mim, não há mais interesse semântico que o fato de *Pedro* ser o nome de um indivíduo do mundo. Compreender o sentido argumentativo de *o gato está aqui* não depende de conhecer o lugar que está em questão, também não é útil saber quem se chama Pedro para entender o sentido argumentativo de *Pedro é prudente*.

É possível estudar as palavras e sua organização, estudar seu sentido (eu tomo a palavra "sentido" de uma maneira banal), sem se interessar pela fala.

L.G.: *Você poderia definir "sentido" e "significação", segundo a TBS, e nos explicar em que consistem esses dois valores semânticos?*

M.C.: Para o que é da significação, as coisas são bastante simples. A significação de uma palavra é o valor que a língua lhe atribui. Para a TBS, essa significação é constituída por esquemas argumentativos. Eles podem ser de dois tipos e estar, assim, tanto em aspectos, quanto em quase-blocos.

Nós já falamos dos aspectos: trata-se dos valores PERIGO DC PRECAUÇÃO e NEG PERIGO PT PRECAUÇÃO que eu disse pertencerem, respectivamente, à significação de *prudente* e de *temeroso*. Quanto à noção de quase-bloco, nós falamos sobre ela quando a palavra *perigo* estava em questão. Eu disse que, de acordo com a TBS, a significação de *perigo* contém a indicação de que seria normal tomar precauções ou anormal não o fazer. Alguns empregos têm por sentido PERIGO DC PRECAUÇÃO, outros empregos têm por sentido PERIGO PT NEG PRECAUÇÃO, e é a alternativa desses valores que está inscrita na significação de *perigo*, isto é, o que eles têm em comum. A TBS anota PERIGO(PRECAUÇÃO) esse núcleo comum e fala de quase-bloco. Do mesmo modo, observar-se-á que tomar precauções se faz por causa do perigo ou apesar da ausência de perigo: alguns empregos de *tomar precauções* têm por sentido PERIGO DC PRECAUÇÃO enquanto outros empregos de *tomar precauções* têm por sentido NEG PERIGO PT PRECAUÇÃO. É a alternativa desses dois valores que está inscrita na significação de *tomar precauções*, ou ainda o que esses dois valores compartilham. A TBS anota (PERIGO)PRECAUÇÃO esse

núcleo comum; trata-se, ainda, de um quase-bloco e ele está inscrito na significação de *tomar precauções*.

Passemos, agora, ao "sentido", isto é, ao valor dos usos das palavras e de seus agrupamentos. Aqui a questão me parece se complicar.

Pode-se inicialmente isolar, no sentido de um enunciado, uma primeira parte, que decorre da significação das palavras usadas. Convém falar do "sentido argumentativo" do enunciado. Segundo a TBS, esse sentido é constituído por encadeamentos argumentativos, isto é, discursos conectando, por uma conjunção do tipo de *portanto* ou do tipo de *no entanto*, duas proposições gramaticais. Retomemos o exemplo de *Pedro teve a prudência de retornar de manhã cedo antes da chuva*. A significação do substantivo *prudência* fornece o aspecto PERIGO DC PRECAUÇÃO. Ela tem por efeito ligar argumentativamente as palavras *chuva* e *retornar*, e deixar de lado, como anedótica, a expressão *esta manhã*. O enunciado evocará o encadeamento argumentativo *ia chover e, portanto, Pedro voltou de manhã cedo* e é um outro encadeamento argumentativo, construído pelo emprego de *cedo*, e igualmente evocado pelo enunciado, que irá dar conta do papel argumentativo da expressão *esta manhã*. Será assim, igualmente evocado, *era de manhã, no entanto Pedro voltou*. A significação da palavra *prudente* forçou, assim, o agrupamento das palavras do nosso exemplo; foi ela que dividiu os papéis argumentativos dos diferentes termos.

Mas – eu disse – uma questão difícil persiste. Ela diz respeito à extensão do sentido. O sentido limita-se ao sentido argumentativo? Isso seria dar uma grande importância à fala, já que todos os outros fenômenos se relacionariam com a fala, isto é, com as intenções dos usuários da língua, e não com a própria língua. Penso, por exemplo, no que Ducrot chamou de "subentendido" e que foi desenvolvido ao mesmo tempo por Grice e, depois, pelos gricianos sob o nome de implicatura (conversacional). Pode-se igualmente pensar nas ações realizadas *enquanto se fala/dizendo* (fr. *en disant*). Não seriam esses fenômenos, também eles, pelo menos em parte, possíveis pela língua? Eles não são previstos pela língua? Não deveriam, também eles, como tal, pertencer ao sentido dos enunciados?

L.G.: Segundo a terminologia atual da Semântica Argumentativa, faz-se ainda necessário distinguir a "frase" do "enunciado" e o "texto" do "discurso"?

M.C.: É uma boa pergunta. Poder-se-ia até mesmo se perguntar se a distinção entre enunciado e discurso é pertinente.

Respondendo à pergunta anterior, mostrei muito rapidamente como o valor da palavra *prudente* levava a dar aos termos de um enunciado papéis diferentes na construção argumentativa. De fato, o valor argumentativo de uma palavra pode ir além da frase gramatical que a acolhe e estruturar vários enunciados. Esse é um ponto um pouco técnico e faço referência aos trabalhos de Giorgio Christopulos para mais detalhes. Eu vou me contentar com um exemplo. Eu o retomo de memória.

Trata-se de uma correspondência entre dois jovens. Quem escreve é Jacques Rivière, que se tornou, após a Primeira Guerra Mundial, o diretor da prestigiosa revista literária *La Nouvelle Revue Française*. Aquele a quem ele escreve é Alain-Fournier, que morreu aos 27 anos de idade durante a guerra, autor de um único romance, *Le Grand Meaulnes* – uma obra da qual se extraíam ditados quando eu era criança.

Alain-Fournier acaba de escrever para Rivière que gostaria de fazer um romance, um romance como o dos irmãos Goncourt, do qual ele admitia *Germinie Lacerteux*. Rivière lhe responde algo assim:

Tu deverias te cuidar de teus julgamentos. Tu tens uma tendência ao sentimentalismo. Até mesmo esse romance estereotipado te faz chorar.

(Tu devrais te méfier de tes jugements. Tu as une tendance à la sensiblerie. Même ce roman stéréotypé te fait pleurer).

O que me interessa nesse exemplo é que a palavra *sentimentalismo* organiza completamente a passagem. Sua significação faz desse encadeamento de termos um texto construído, cuja primeira frase é explicada pela segunda e cuja segunda é exemplificada pela terceira. A significação de *sentimentalismo* contém NEG EMOCIONANTE PT EMOCIONADO e é por isso que a terceira frase exemplifica a segunda. A significação de *sentimentalismo* contém SUJEITO AO SENTIMENTALISMO (JULGA MAL) e é por isso que a segunda frase explica a primeira. Dito de outro modo, produz-se neste pequeno parágrafo o que se produzia anteriormente no interior do enunciado *Pedro teve a prudência de retornar de manhã cedo antes da chuva*. Não há diferença entre os dois casos. A cada vez há uma palavra, *sentimentalismo* ou *prudente*, cuja significação organiza argumentativamente as outras.

Volto à sua pergunta. Acabamos de ver, a TBS não limita sua análise aos segmentos gramaticalmente fechados. Ela observa segmentos maiores de discurso, que eu chamo de "períodos argumentativos", e calcula o papel de cada uma das palavras a partir de suas significações. A questão que você me põe sobre a oposição entre "frase" e "enunciado" me parece, então, ter duas partes. Primeira parte: as relações gramaticais desempenham um papel no cálculo do sentido argumentativo dos períodos? Eu penso que sim. Chamemos, então, "significação do agrupamento" o resultado da aplicação dessas regras gramaticais à significação das palavras. Agora vou passar para a segunda parte da sua pergunta. A significação do agrupamento é diferente do sentido argumentativo do período? Eu desenvolvo um pouco cada uma dessas questões.

Relações gramaticais, de início. Em minha prática corrente, confesso que não presto muita atenção nisso, mas é um erro, é necessariamente um erro: elas existem, elas devem ter um papel na construção do sentido argumentativo. Berrendonner faz essa crítica à TBS e ele tem razão. Certamente a gramática se desenvolveu com uma concepção referencial da língua e acompanha a semântica veritativa. Como resultado, há, algumas vezes, divergências entre o papel gramatical e o papel argumentativo das palavras. Por exemplo, um sujeito gramatical pode, da mesma forma que o grupo verbal, conter o termo que estrutura argumentativamente a passagem. Num enunciado como *o espetáculo que nós vimos era muito bom*, é a palavra *espetáculo* que fornece o aspecto OLHAR DC ESTAR EMOCIONADO e que é responsável pela evocação do encadeamento argumentativo *nós olhamos as ações se desenvolverem e, portanto, nós nos emocionamos*. O fato é que existem regras de acordo, uma ordem de palavras, e tudo isso deve ter um papel argumentativo que seria necessário estudar. Nessa perspectiva, uma oposição do tipo daquela que Ducrot faz entre *frase* e *enunciado* tem um sentido. Para analisar o sentido argumentativo de um período argumentativo, é preciso levar em conta, não apenas suas palavras, mas também sua

organização gramatical: poder-se-ia imaginar uma primeira etapa de análise, a da "frase", que seria a ocasião desse balanço.

Agora vou passar para a segunda parte da sua pergunta. A significação do agrupamento pode ser diferente do sentido argumentativo do período? Para isso, responderei novamente sim. Dou um exemplo. A prudência normalmente leva à segurança e, anormalmente, à falta de segurança. A significação da palavra *prudente* contém o quase-bloco PRUDÊNCIA(SEGURANÇA) representando essa alternativa e a significação do agrupamento *ele será prudente* conterá o mesmo quase-bloco, especificado apenas pelas indicações de futuro e de terceira pessoa do singular. Ora, consideremos agora um diálogo como:

A: *Estou preocupado. Está chovendo muito forte e Pedro ainda está na estrada.*

B: *Ele será prudente.*

B tenta reconfortar A. O período argumentativo *ele será prudente* tem por sentido argumentativo *ele será prudente, portanto não terá acidente*. Da significação do agrupamento ao sentido do enunciado, a alternativa representada pelo quase-bloco foi resolvida e um dos dois aspectos argumentativos foi escolhido. A significação do agrupamento pode ser diferente do sentido argumentativo do período.

Um outro exemplo, o dos encadeamentos argumentativos. A significação de um encadeamento argumentativo não é suficiente para determinar o sentido argumentativo de seu uso. Um encadeamento argumentativo como *ia chover e, portanto, Pedro voltou* pode querer dizer que Pedro foi prudente (esse era o caso em nosso exemplo), mas também pode querer dizer que ele estava resfriado. Da mesma forma, um encadeamento como *a criança cometeu um erro, no entanto o professor não a puniu* pode querer dizer que o professor foi indulgente, mas também que ele foi negligente. Essa ambiguidade será removida em uso, pelo co-texto, e o sentido argumentativo será, assim, mais preciso do que a significação do agrupamento.

De um modo geral, o co-texto, as palavras do interlocutor ou as outras palavras do discurso, os outros períodos argumentativos especificarão a significação do agrupamento estudado e determinarão o sentido do período argumentativo. Eu falo do co-texto. Por outro lado, a situação de enunciação não me parece nada poder acrescentar na significação do agrupamento; a situação de enunciação não intervém no sentido argumentativo. Como já vimos acima, saber quem é Pedro não intervém no sentido argumentativo de *Pedro está aí*; saber onde está quem fala não intervém no sentido argumentativo de *o gato está aqui*.

L.G.: *Para você, qual é o lugar da "ideologia" nos estudos linguísticos?*

M.C.: Se bem me lembro, as crenças daquele que fala tiveram uma função em certos estágios da ANL. A significação da frase *Pedro será prudente* continha a instrução "buscar, entre as crenças daquele que fala, uma crença geral sobre a prudência e concluir". O interlocutor encontrava a crença: *quanto mais se é prudente, mais se está em segurança* e compreendia que *Pedro será prudente* queria dizer *Pedro será prudente, portanto ele estará seguro*. Essas crenças, entretanto, eram apenas as crenças daquele que fala, na melhor das hipóteses compartilhadas com seu interlocutor. Elas não constituíam, estritamente falando, uma ideologia. E, em

suma, a palavra "ideologia" não parece convir a uma crença como "*quanto mais se é prudente, mais se está em segurança*".

Entre essas crenças, que chamaram de topoi, Anscombe e Ducrot distinguiram, em seguida, dois grupos: os topoi intrínsecos, que a própria língua associava às palavras; e os topoi extrínsecos que estavam associados, por aquele que fala, às palavras. Assim, *quanto mais se é rico, mais se tem possibilidades* seria um topos intrínseco a *rico* e *quanto mais se é rico, mais se tem amigos* seria um topos extrínseco a *rico*. Nessa nova perspectiva, seriam apenas os topoi extrínsecos que seriam característicos daquele que fala, característicos, portanto, eventualmente, da "ideologia" de seu grupo social.

No âmbito da TBS, a noção de ideologia é ainda mais remota, já que os esquemas argumentativos, ao contrário dos topoi de Anscombe e Ducrot, não são crenças. PERIGO DC PRECAUÇÃO não representa a crença de que o perigo leva a tomar precauções, mas sim o grupo verbal tomar-precauções-por-causa-do-perigo. Dizendo *Pedro é prudente*, o locutor não mobiliza, segundo a TBS, nenhuma crença: ele explora a significação de *prudente* para, de alguma maneira, descrever argumentativamente Pedro. Ele apreende Pedro: ele o apreende argumentativamente. Pode-se ainda distinguir, entre os esquemas argumentativos mobilizados, alguns que não estão inscritos na língua e que revelariam associações argumentativas específicas daquele que fala – ou do grupo social ao qual ele pertence? Penso no exemplo de Lakoff *Pedro é republicano, mas honesto*, relativo a um membro do Partido Republicano dos Estados Unidos, e que me parece, muito claramente, expressar a ideologia de seu locutor. O emprego de *mas honesto* dá a instrução para entender *Pedro é republicano* por um encadeamento argumentativo que contraria *honesto*: encontra-se *Pedro é republicano, portanto ele não é honesto*. Esse encadeamento conecta as palavras *republicano* e *honesto* e tem por esquema fundador REPUBLICANO DC NEG HONESTO. Mas esse esquema não é prefigurado pela significação de *republicano*. Retomando as distinções de Anscombe e Ducrot, eu dizia em meu livro de 2011 que REPUBLICANO DC NEG HONESTO estava "contextualmente" associado a *republicano*. Essa associação contextual poderia ser vista como uma indicação das crenças do locutor – e eventualmente da ideologia de seu grupo social.

Essa não é mais, entretanto, minha análise desse exemplo. Precisamente porque REPUBLICANO DC NEG HONESTO não está prefigurado na significação de *republicano*, eu penso agora que esse esquema não é compreensível e que ele não é mobilizado para descrever Pedro. Compreender o encadeamento *Pedro é republicano, portanto não é honesto* exige que se encontre o que pode levar um republicano a não ser honesto, que se encontre uma razão doxal à sua desonestidade, por exemplo o fato de que ele defende seu interesse. Sob essa interpretação, o encadeamento *Pedro é republicano, portanto não é honesto* não vem, portanto, do esquema REPUBLICANO DC NEG HONESTO: ele concretiza o esquema DEFENDE SEU INTERESSE DC NEG HONESTO, que é, ele, absolutamente doxal. Se um exemplo como o de Lakoff indica as crenças de seu locutor, não é, portanto, porque seria mobilizado um esquema não-doxal. Eu direi que é porque há uma decalagem entre o encadeamento e seu esquema. É essa decalagem que é reveladora de uma "ideologia", em todo caso de um modo de pensar, do locutor. A ideologia não está nos esquemas mobilizados, que são sempre doxais. Ela está na

associação dos encadeamentos argumentativos e dos esquemas, no cenário das palavras.

Nessa perspectiva, a análise das figuras que você, Lauro Gomes, empreende me parece muito interessante. Estudar as figuras do discurso artístico é, de fato, estudar essas mudanças do aspecto argumentativo, essas decalagens: o discurso artístico, geralmente visto como a simples expressão de si, seria o lugar, por excelência, da expressão da ideologia.

L.G.: *Você poderia nos falar um pouco da direção atual da Teoria Polifônica da Enunciação, criada e desenvolvida por Oswald Ducrot?*

M.C.: A Teoria da Polifonia, conforme exposta por Ducrot em *O Dizer e o Dito* em 1984, é um pouco ambígua.

Por um lado, ela introduz "enunciadores", garantias dos pontos de vista comunicados pelo enunciado. Por causa disso, ela pode ser entendida como colocando, no centro do discurso do locutor, os discursos de outras instâncias. O locutor, ele próprio identificado com um dos enunciadores, seria uma voz no interior de uma discussão. Seu ponto de vista aconteceria entre outros e, assim, falar consistiria em argumentar em resposta, em eco, a outras argumentações. A negação polêmica poderia ser entendida dessa maneira. O enunciado *Pedro não é gentil* (ao invés de *Pedro é um pouco desobediente*) colocaria o ponto de vista do locutor, isto é, o sentimento de uma certa malícia de Pedro, em resposta a um enunciador que defenderia sua gentileza. Nessa perspectiva, o locutor perderia, em parte, o controle de seu enunciado: seu papel se reduziria àquele do enunciador com o qual ele se identifica e as outras vozes se imporiam a ele no interior do enunciado. Essas não seriam vozes reais, vozes já tendo tomada de posição no mundo; seriam apenas discursos possíveis, pontos de vista, no sentido que Rabatel, me parece, dá a esse termo. Essa não é, da minha parte, a leitura que faço de *O Dizer e o Dito*.

A leitura que eu faço da Teoria da Polifonia é a seguinte. Ela consiste em ver o locutor como responsável, não apenas pelo enunciador ao qual ele se identifica, mas também por outros enunciadores. O locutor toma posição por meio de todos os conteúdos. Se ele os separa (ao invés de juntá-los em um único conteúdo), é de modo a dar-lhes mais ou menos destaque, e a dirigi-los de maneira mais ou menos implicada. Sob essa leitura, há uma certa constância do primeiro livro de Ducrot, *Dizer e não Dizer*, para *O Dizer e o Dito*. Em seu primeiro livro, Ducrot efetivamente descrevia um enunciado como o lugar eventual de vários atos ilocutórios do locutor, um ato de afirmação, por exemplo, mas igualmente um ato de pressuposição. Esses dois atos estavam, igualmente, sob a responsabilidade do locutor. Por exemplo, o locutor de *Pedro comeu pouco* pressupunha o conteúdo [Pedro comeu uma certa quantidade de comida] e punha [a quantidade consumida é baixa].

A pressuposição não era uma perda de controle do locutor. Bem ao contrário, a hipótese de Ducrot era que um mesmo enunciado poderia estar no lugar de vários atos. Para mim, é a mesma coisa no âmbito da Teoria da Polifonia. O locutor de *Pedro comeu pouco* fala colocando em cena dois enunciadores: um enunciador ON que garante o conteúdo [Pedro comeu uma certa quantidade de comida] e um enunciador ao qual ele se identifica e que garante o conteúdo [a quantidade consumida é baixa]. Ao identificar-se com o segundo enunciador, o locutor não escolhe um lugar no interior

de uma discussão que o englobaria. Ao contrário, dominando inteiramente a discussão, ele dá peso a um dos pontos de vista, enquanto endossa outro. Nessa perspectiva, o que um enunciador garante não é um discurso possível; é simplesmente um conteúdo, no sentido comum do termo, um conteúdo que o locutor associa a outros conteúdos, um pouco como em uma longa frase de Proust – não sei se existe no Brasil um autor que, como Proust, fazia frases com múltiplas subordinadas gramaticais, encadeadas umas nas outras, e decoradas com parênteses. A Teoria da Polifonia é uma teoria da enunciação do locutor.

Sob essa segunda leitura, a exposição que Ducrot fazia de sua abordagem, em 1984, encontra uma dificuldade técnica: é o uso da expressão "se distancia" para descrever a enunciação do locutor, porque ela não permite fazer claramente a diferença entre *parece que p* e a pressuposição de *p*. De fato, se ele diz *parece que Pedro comeu uma certa quantidade* ou se ele diz *Pedro comeu pouco*, o locutor associaria o conteúdo *p* = [Pedro comeu uma certa quantidade] a um enunciador diferente de si mesmo: ele "se distanciaria" desse conteúdo *p*. Esse "distanciamento" não tem o mesmo efeito discursivo. No caso de *parece que Pedro comeu uma certa quantidade*, o conteúdo *p* pode ser usado pelo locutor, que pode, assim, continuar com *mas eu continuo preocupado com sua saúde*. Tal continuação seria, ao contrário, bastante paradoxal depois de uma pressuposição de *p* e deveria inscrever-se em uma perspectiva diferente sobre Pedro e sua saúde para poder dizer *Pedro comeu pouco, mas eu continuo preocupado com sua saúde*. De fato, esse uso de *mas* não se articula sobre o pressuposto *p* = [Pedro comeu certa quantidade], mas sobre o posto [a quantidade consumida é baixa]. O distanciamento causado pela pressuposição impede o locutor de sustentar seu discurso sobre o conteúdo pressuposto.

Para deixar isso claro, escrevemos um artigo com Ducrot, "Atualização da polifonia" – eu gostaria de ressaltar a existência do site semantizar.hypotheses.org: ele é dedicado ao trabalho de Ducrot e à semântica argumentativa, como se desenvolve no Brasil, na Argentina, na França ou ainda no Japão. Nesse artigo, nós distinguimos claramente dois parâmetros na descrição da enunciação: a função textual dada ao conteúdo e seu modo de aparição. A função textual de um conteúdo descreve seu papel na continuação do discurso. Posto na frente, o conteúdo é aceito e o locutor pode articular a sequência do discurso. Posto no plano de fundo, o conteúdo é sempre aceito, mas, desta vez, o locutor não pode articular a sequência do discurso. Finalmente, excluído, o conteúdo não é aceito e não pode ser, na sequência, nem posto na frente, nem posto no plano de fundo. O distanciamento efetuado pela pressuposição corresponde a uma colocação no plano de fundo: é impossível, para o locutor, articular a sequência do discurso. Por outro lado, o conteúdo *p parece que p* é posto na frente. O distanciamento do locutor *parece que p* não depende, portanto, da sua função textual. Ele depende, desta vez, do outro parâmetro enunciativo: o modo de aparição. Atualmente, distinguimos três modos de aparição: o modo do concebido, o modo do encontrado e o modo de recebido. O modo do concebido corresponde à enunciação discursiva de Benveniste: o locutor está implicado nisso que ele declara estar dizendo o conteúdo em questão. O modo do encontrado corresponde à enunciação histórica de Benveniste. Não que o locutor esteja ausente (como propõe Benveniste), mas ele se descreve, desta vez, como não falante: o conteúdo é descrito como já encontrado. Finalmente, e esta é a novidade da Teoria da Polifonia de Ducrot, há um terceiro modo de aparição, o modo do recibo. Novamente, o locutor de um

conteúdo recebido está desimplicado, mas em favor de uma outra subjetividade. Não a subjetividade desse ou daquele indivíduo que não ele mesmo (como Ducrot supunha em 1984), mas uma outra subjetividade, na medida em que é de natureza diferente da sua: eu, às vezes, falava da subjetividade do Ausente. O distanciamento efetuado por *parece que p* é dessa ordem. O locutor distancia-se do conteúdo p nisso que, ao pôr na frente, o conteúdo p aparece no modo do recebido. A divergência de comportamento entre os conteúdos pressupostos e os conteúdos introduzidos por *parece que* reflete, portanto, a divergência entre função textual e modo de aparição. O distanciamento efetuado pela pressuposição decorre da função textual do conteúdo; o distanciamento realizado por *parece que* decorre do modo de aparição do conteúdo. Com base nestes dois parâmetros, função textual e modo de aparição, nós achamos possível descrever, agora, a expressão do locutor. Atualmente, nós estamos tentando especificar os três modos de aparição, para especificar a maneira exata com a qual o locutor descreve sua própria atividade. Parece-nos, de fato, que cada modo pode ser realizado de diversas maneiras. O locutor pode, por exemplo, implicar-se se exclamando, como o pode, ao invés disso, procurar restabelecer a verdade. A cada vez o conteúdo aparecerá no modo do concebido, mas em um tom diferente, exclamativo ou militante. É na descrição desses tons que nós trabalhamos. Eles constituem descrições da atividade enunciativa do locutor e, mais exatamente, descrições argumentativas da atividade do locutor: concordo neste ponto com os trabalhos de María Marta García Negroni sobre a evidencialidade. O enunciado *que país lindo!*, sobre o Brasil, evoca o *Brasil é um país lindo, portanto eu digo "que país lindo!"*: o locutor descreve seu dizer como arrancado pelo fato de que o Brasil é um país bonito. Por outro lado, o locutor de *sua guerra é uma carnificina* evoca *eu digo que sua guerra é uma carnificina, portanto eu restabeleço a verdade*: o locutor não descreve mais seu dizer como arrancado, mas como tendo um propósito militante.

L.G.: *Você pode precisar-nos o que entendemos por "enunciação", quando você fala da "enunciação" do locutor? Você dá à "enunciação" o sentido que Ducrot lhe dava em 1984, quando ele dizia que o o sentido de um enunciado é uma descrição de sua enunciação?*

M.C.: Essa fórmula de Ducrot sempre foi um verdadeiro mistério para mim. Parece-me que ela é pelo menos ambígua. Dinah Ribard e eu distinguimos o que chamamos de enunciação "atual" e o que chamamos de enunciação "linguística". A fórmula de Ducrot terá dois conteúdos muito diferentes, segundo se dá à "enunciação" um ou outro desses dois sentidos.

A enunciação atual é fruto do que Ducrot chamava de "sujeito falante": ela é implementada por um ser do mundo e tem por resultado material o enunciado. Ela constitui um acontecimento histórico, que tem um lugar e um momento. Pode ser oral ou escrita.

A enunciação linguística, por outro lado, é fruto do que Ducrot chamava de "locutor". O locutor é o responsável que o enunciado se dá; ele pode não ser capaz de falar, nem mesmo existir no mundo real. Ele não é aquele que dá materialidade ao enunciado. O enunciado "beba-me muito fresco", escrito sobre uma garrafa de suco de laranja, tem por locutor o suco de laranja: é ele quem diz dar um conselho, embora, é claro, não seja o sujeito falante. Quanto ao locutor do comentário de *La Guerre des*

Gaules (cujo sujeito falante é Jules César e que descreve as batalhas de César na terceira pessoa), trata-se de um ser fictício, criado pelo discurso. O locutor é apenas aquele que introduz os diversos conteúdos, coloca-os na frente, em plano de fundo, concebe-os, encontra-os, recebe-os, e é essa atividade que chamamos de enunciação linguística.

Voltemos à fórmula de Ducrot. Se por "enunciação" entende-se "enunciação atual", encontra-se a posição de Austin. O sentido de um enunciado definiria a ação do mundo que constitui a enunciação material. As marcas da língua nos indicariam se o sujeito falante afirma ou obriga a responder àquele a quem se dirige; as marcas da língua nos indicariam quais direitos e deveres os seres falantes do mundo se impõem. Essa leitura da fórmula de Ducrot é absolutamente coerente com a definição que ele dá, nas mesmas páginas de *O Dizer e o Dito*, da enunciação. Ele especifica, de fato, que, por "enunciação", ele quer dizer o acontecimento histórico que constitui a materialização de um enunciado. Na terminologia de Dinah Ribard e minha, trata-se da enunciação real, da atividade do sujeito falante. O sentido de um enunciado diria respeito, portanto, à atividade do sujeito falante.

Por outro lado, essa leitura é absolutamente incoerente com outros escritos de Ducrot nos quais ele defende, desta vez contra Austin, que os atos ilocutórios dizem respeito aos seres de discurso que são o locutor e seu interlocutor, e não os seres do mundo que são o sujeito falante e aquele a quem ele se dirige. Fazer uma pergunta força, de fato, o outro a responder apenas que o que ele dirá terá o papel de resposta: por outro lado, o indivíduo do mundo que ouve a pergunta pode muito bem não dizer nada; ele não é, de modo algum, obrigado. As ações descritas pela língua e efetuadas pelo locutor dizem respeito apenas à troca linguística.

É essa segunda leitura que Dinah Ribard e eu fazemos da fórmula de Ducrot. A língua descreve a enunciação linguística. Algumas palavras, alguns conjuntos de palavras, indicam que o modo de aparição é tal ou que a função textual é tal. A língua descreve a atividade desse ser abstrato que é o locutor. As marcas linguísticas regulam a troca linguística.

L.G.: *Quais são, na sua opinião, os principais problemas linguísticos da nossa época? Eu a convidaria – é claro, se isso lhe convém – a falar um pouco dos estudos linguísticos realizados atualmente na França, desenvolvendo um pouco mais sua resposta em torno de suas pesquisas com Dinah Ribard sobre a enunciação.*

M.C.: Eu trabalho com Dinah Ribard sobre a parte do sentido que não é argumentativa e que não é, portanto, determinada pela significação linguística das palavras. Dito de outro modo, no meu trabalho pessoal, eu me interesso pela enunciação linguística; por outro lado, quando trabalho com Dinah Ribard, eu me ocupo da enunciação linguística apenas para distingui-la de um outro fenômeno: o da ação com as palavras.

Contra Austin, Dinah Ribard e eu defendemos que as marcas linguísticas dizem respeito apenas ao sentido argumentativo, que se trata disso de que fala o locutor, ou da descrição que ele dá de sua atividade. As marcas linguísticas dão indicações sobre os diversos encadeamentos argumentativos evocados, sejam ou não concernentes ao locutor enquanto tal.

Entretanto, com Austin desta vez, admitimos que a língua pode ser usada pelos seres do mundo para agir e que é necessário distinguir, entre essas ações, ações realizadas *dizendo* e ações que são feitas somente por intermédio das palavras. Mais precisamente, nós admitimos – esta é a grande descoberta de Austin – que é possível agir no mundo *dizendo* e nós estudamos essa ação realizada *dizendo*.

Assim, nós defendemos, de início, que um enunciado, por si só, não desencadeia uma ação *dizendo*. A língua não deixa de ser ela mesma quando se brinca, quando se faz poesia, ou quando se usa uma interjeição. Para que haja ação no mundo *dizendo*, também é necessário que um ator falante "atribua" o discurso a si mesmo.

Essa possibilidade de atribuir um discurso a si mesmo, de manifestar que se está agindo no mundo, fora do intercâmbio linguístico, decorre, em nossa opinião, de uma propriedade geral da língua e, como tal, faz parte do sentido dos enunciados. Falar pode consistir, de fato, em continuar a troca, mas também pode consistir em sair da troca e mostrar que se fala, que se usa palavras. Nossos discursos se tornam, então, comportamentos no mundo, ações realizadas *enquanto se fala/ dizendo* (fr. *en disant*).

Um sinal dessa capacidade geral de nossos discursos de se transformar em ação não é, para nós, a existência dos verbos performativos. Esses últimos descrevem apenas a atividade do locutor. O fenômeno interessante, para nós, é a delocutividade de Benveniste. Este último efetivamente se interessa no fato de que o verbo latino *salutare*, que quer dizer *saudar*, vem de *salus*, que significa *boa saúde*: ora, não há nenhuma ligação aparente entre os sentidos dessas expressões. Assim como o sentido do verbo *barrer* é derivável daquele de *barre* (*barrer* é usar a barra do barco), também o sentido de *salutare* parece não ter relação com o de *salus*. Benveniste descobre uma: *salutare* é fazer o que se pode fazer dizendo *salus*. Da mesma forma, o nome *peste* (fr. *peste*) deu, em francês, o verbo *pester* (pt. *importunar*), ação de fazer o que se pode fazer dizendo *peste!* Nós sustentamos com Dinah Ribard que agir, dizendo *feche a janela*, é igualmente o que se faz com esse tipo de discurso. Pode ser uma ordem ou um conselho; mas se pode agir igualmente ao se impor sobre o outro, para lhe indicar que se é seu superior, de bancar o mestre. Há, então, divergência, entre o que o locutor diz fazer e o que o ator falante faz, como há divergência entre excluir *boa saúde* e *saudar*.

Nossa abordagem da ação realizada *dizendo* tem por consequência que ela não pode falhar. A criança que, em referência a um objeto pertencente a sua mãe, diz a um amigo *eu te dou*, essa criança, para nós, age *dizendo* – ao passo que, segundo Austin, ela não faria um ato ilocutório, porque dar o que não lhe pertence não é *dar*. Para nós, a criança faz exatamente a mesma coisa como se o objeto lhe pertencesse: ela faz o que faz dizendo "*eu te dou*", ela banca a generosa.

Nossa abordagem tem outra consequência: não basta olhar as palavras para conhecer a ação realizada *dizendo*. Somente a análise histórica possibilita, ao confrontar os discursos, ao olhar coerentemente um momento social, realizar a análise semântica e determinar as ações dos sujeitos falantes. Isso é, para mim, fundamental. A análise de discurso, quando não é mais uma análise de palavras, é com demasiada frequência um mero reflexo das opiniões políticas do linguista. Não que as opiniões políticas me pareçam culpadas e devam ser escondidas. Mas elas não devem ser confundidas com nossas pesquisas. Os linguistas não estão armados para falar sobre

a sociedade: eles devem, por isso, juntar-se a historiadores ou a sociólogos. Muitas vezes, queixamo-nos da falta de interesse desses últimos pela linguística. Pensamos, e eu também penso, que eles estão enganados quando acreditam que podem falar do discurso em francês ou em português, simplesmente porque são francófonos ou lusófonos. Mas estamos igualmente enganados quando pensamos que podemos falar sobre a situação social na França ou no Brasil, porque somos franceses ou brasileiros. A interdisciplinaridade é, certamente, um dos futuros da linguística. Desde que esses estudos se baseiem primeiramente em uma análise puramente linguística dos discursos – de maneira a não supor o que se procura demonstrar. E desde que a interdisciplinaridade seja uma colaboração com os pesquisadores das outras disciplinas, e não um sonho de todo o poder do linguista.

L.G: *Eu lhe agradeço infinitamente por ter aceitado meu convite para responder a esta entrevista e pela sua atenção. Suas pesquisas e sua gentileza de sempre responder a nossas perguntas enriquecem grandemente nosso trabalho no contexto da Linguística que desenvolvemos no Brasil. Muito obrigado, Mme. Carel!*³

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles : Mardaga, 1983.

CAREL, Marion. *L'Entrelacement argumentatif. Lexique, discours et blocs sémantiques*. Paris : Éditions Honoré Champion, 2011.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Edición: María Marta Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Atualização da polifonia. *Desenredo*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2010.

CAREL, Marion; RIBARD, Dinah. Testemunhar em poesia: o caso de Marc de Larréguy. *Letras de Hoje*, Porto Alegre (no prelo).

CHRISTOPULOS, Giorgio. « Au delà de l'isotopie », SHS Web of Conferences, vol 46, article n°06004, 6^{ème} Congrès Mondial de Linguistique Française, 2018.

Ducrot, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1984.

DUCROT, Oswald. « Topoï et formes topiques », *Bulletin d'études de linguistique française*, n°22, 1988, p. 1-14.

³ Nota do tradutor: a tradução desta entrevista – do francês para o português – foi feita por mim mesmo, Lauro Gomes, entrevistador. Registro, aqui, meus agradecimentos às professoras Leci Borges Barbisan e Cristiane Dall'Cortivo Lebler, as primeiras leitoras desta entrevista, minhas sempre interlocutoras, com quem pude discutir sobre determinadas questões, buscando assegurar a melhor tradução possível desta minha conversa com Marion Carel para a língua portuguesa.

DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire*: Principes de sémantique linguistique. 3ed. Hermann éditeurs des sciences et des arts. Paris, 1991.

García Negroni, María Marta; Libenson, Manuel . “La evidencialidad desde el Enfoque dialógico de la argumentación y de la polifonía. Un estudio contrastivo de los empleos inferencial y citativo del marcador evidencial así que.”. En Loureda, Oscar; Álvarez Sellán, Guillermo y Rudka, Martha (eds.). *Marcadores del discurso y lingüística contrastiva en las lenguas románicas*, Editorial Iberoamericana Vervuert: Madrid, en prensa, 2017.

GOMES, Lauro; CHRISTOPULOS, Giorgio. *Lire Pessoa. Deux études sémantiques autour de son œuvre poétique*. *Signo*, Santa Cruz do Sul (à paraître).

KAO, Chioufen: *Eléments de l'énonciation discursive*, thèse de doctorat soutenue à l'EHESS (Paris) en 2018.

LESCANO, Alfredo. “Deux (autres) *maintenant*. Avec une application à *La Jalousie de Robbe-Grillet*” dans Carel (ed) *Argumentation et polyphonie. De Saint Augustin à Robbe-Grillet*, Paris, L'Harmattan, 2013. p 145-188.

Site : <https://semanticar.hypotheses.org/auteurs>

COMO CITAR ESSE ARTIGO

CAREL, Marion; GOMES, Lauro. A Semântica Argumentativa de nossos dias: questões ligadas às noções de língua, discurso, sentido e enunciação. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 44, n. 80, ago. 2019. ISSN 1982-2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/14023>>. Acesso em: _____. doi: <https://doi.org/10.17058/signo.v44i80.14023>.